

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 119 - JUNHO DE 2019

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	3
Decretos.....	4

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	4
Pareceres.....	5

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEIS ORDINÁRIAS**LEI Nº 17.726****7 DE MAIO DE 2019**

Inclui, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, o Festival de Carnes de Qualidade da Serra Catarinense, realizado no Município de Palmeira ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.727**13 DE MAIO DE 2019**

Dispõe sobre o dever de os estabelecimentos comerciais e os serviços ambulantes utilizarem canudos fabricados com produtos biodegradáveis, recicláveis ou esterilizáveis e reutilizáveis, no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.728**13 DE MAIO DE 2019**

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Sociedade Espírita de Recuperação Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço (SERTE), para Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (SERTE), do Município de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.729**21 DE MAIO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.730**21 DE MAIO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.731**21 DE MAIO DE 2019**

Institui a Semana de Incentivo à Adoção Tardia ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.732**27 DE MAIO DE 2019**

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.733**27 DE MAIO DE 2019**

Dispõe sobre a divulgação de mensagem vi-

sando ao combate do assédio sexual, do estupro e da importunação sexual, no âmbito da Administração Pública Estadual ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.734**27 DE MAIO DE 2019**

Revoga o Item 34 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual a Sociedade Joinvillense de Amparo à Criança ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.735**27 DE MAIO DE 2019**

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação e a sede da Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis, para Educandário Santa Catarina, de São José ([inteiro teor](#)).

DECRETOS**DECRETO Nº 108****29 DE ABRIL DE 2019**

Dispõe sobre a centralização de atividades, bens, direitos e obrigações das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 109**29 DE ABRIL DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 112**30 DE ABRIL DE 2019**

Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2019 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 114**7 DE MAIO DE 2019**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 115**13 DE MAIO DE 2019**

Altera o Decreto nº 108, de 2019, que dispõe sobre a centralização de atividades, bens, direitos e obrigações das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 118**13 DE MAIO DE 2019**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 119**13 DE MAIO DE 2019**

Revoga o inciso VI do caput e o § 4º do art. 16 do Anexo 3 do RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 122**16 DE MAIO DE 2019**

Altera os arts. 3º e 15 do Decreto nº 1.322, 2017 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 125**21 DE MAIO DE 2019**

Revoga o inciso VI do art. 4º do Regulamento do Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA), aprovado pelo Decreto nº 2.519, de 2001 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 126**22 DE MAIO DE 2019**

Declara como funções de interesse policial-militar e bombeiro-militar os cargos ocupados por militares estaduais no âmbito da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 127 22 DE MAIO DE 2019

Declara como funções de interesse policial-militar cargos na Secretaria de Estado da Infraestrutura ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 128 27 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre o credenciamento de entidades e de profissionais para a realização de exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica relativos aos procedimentos previstos na legislação de trânsito e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 129 27 DE MAIO DE 2019

Institui os Núcleos de Gestão de Convênios (NGCs) no âmbito da Administração Pública Estadual ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 132 29 DE MAIO DE 2019

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.867, de 2018, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 133 29 DE MAIO DE 2019

Altera o art. 2º do Decreto nº 1.711, de 2018, que introduz a Alteração 3.938 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 134 29 DE MAIO DE 2019

Introduz as Alterações 4.037 a 4.039 no RI-CMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 135 29 DE MAIO DE 2019

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.821 3 DE MAIO DE 2019

Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências legais de regularidade, por ocasião da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.822 3 DE MAIO DE 2019

Altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.823 9 DE MAIO DE 2019

Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.824 9 DE MAIO DE 2019

Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.825 13 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.826 13 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a divulgação de resultado de processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.827 13 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.828 13 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.830 13 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a prática da equoterapia ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.831 17 DE MAIO DE 2019

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.775
30 DE ABRIL DE 2019

Altera o Decreto de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.781
3 DE MAIO DE 2019

Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.785
7 DE MAIO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.791
14 DE MAIO DE 2019

Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.792
14 DE MAIO DE 2019

Regulamenta o inciso III do parágrafo único do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a exigência de inscrição do motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros como contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.796
20 DE MAIO DE 2019

Institui o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação para o monitoramento e a avaliação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.797
21 DE MAIO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.799
23 DE MAIO DE 2019

Altera o Anexo ao Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.804
23 DE MAIO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.806
28 DE MAIO DE 2019

Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.810
30 DE MAIO DE 2019

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([inteiro teor](#)).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 052/2019
17 DE MAIO DE 2019

RESOLVE:

A CORREGEDORA-GERAL, no uso da competência conferida pelo art. 12, I e parágrafo único, da Lei Complementar estadual n. 317, de 30 de dezembro de 2005, em vista dos fatos e documentos constantes do processo PGE 000309/2019, bem como da solicitação fundamentada do sindicante;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa instaurada pela Portaria PGE/GAB Nº 036/2019, de 20.03.2019, publicada no DOE em 21.03.2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua assinatura.

REJANE MARIA BERTOLI
Corregedora-Geral

PORTARIA PGE/GAB Nº 053/2019
17 DE MAIO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Alessandra Sayuli Saito, matrícula 952.213-1-01, para Função de Confiança, nível FC-2, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, a contar de 01 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 063/19
28 DE MAIO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, I e II, c/c art. 35, ambos da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, com redação dada pela Lei Complementar nº 701/2017,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos Fernando Mangrich Ferreira, matrícula 329.049-2-02, do exercício cumulativo da função de Procurador-Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 2º DESIGNAR, o Procurador do Estado Ricardo Della Giustina, matrícula 378.609-9-01, para o exercício da função de Procurador-Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º Esta portaria produz efeitos a contar de 01 de junho de 2019.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PARECER Nº 141/2019

PROCESSO Nº PGE 1099/2019

INTERESSADO: Procuradoria Geral do Estado
EMENTA: Contrato de locação de imóvel. Prorrogação de prazo de vigência. Necessidade de utilização do bem de forma contínua. Estipulação de prazo de vigência superior a 5 anos. Aplicação da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 62, § 3º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993. Possibilidade de prorrogação contratual.

PARECER Nº 143/2019

PROCESSO: SCC 3380/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil
EMENTA: Projeto de Lei que cria nova modalidade de serviço, exigindo a criação de novas estruturas, aquisição de equipamentos, despesas e remanejamento de material, atribuições e servidores no âmbito do Poder Executivo. “Botão de Pânico” em unidades escolares da rede estadual de ensino. Vício de Iniciativa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 144/2019

PROCESSO: SCC 3301/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil
EMENTA: Autógrafo de projeto de lei que “dispõe sobre o dever de os estabelecimentos comerciais e os serviços ambulantes utilizarem canudos fabricados com produtos biodegradáveis, recicláveis ou esterilizáveis e reutilizáveis, no Estado de Santa Catarina” competência concorrente da união, dos estados e do distrito federal legislar sobre consumo, proteção ao meio ambiente e poluição. é o Estado competente para legislar sobre a matéria objeto do projeto de lei. Ausência de inconstitucionalidade no projeto de lei.

PARECER Nº 148/2019

PROCESSO: SEF 000010363/2017

INTERESSADO: Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - Celesc
EMENTA: Pessoal a disposição do Estado de Santa Catarina. Ressarcimento. Transcurso de prazo superior à 05 (cinco) anos entre os fatos e a manifestação da pretensão de ressarcimento. Prescrição. Decreto 20.910/1932.

PARECER Nº 149/2019

PROCESSO: SEF 17390/2018

INTERESSADO: Madelon Vieira
EMENTA: Processo administrativo disciplinar. Agente de Polícia. Recebimento de diária. Restituição Absolvição. Cumprimento dos requisitos legais.

PARECER Nº 151/2019

PROCESSO: CODESC 25/2019

INTERESSADO: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
EMENTA: Sindicância Administrativa Preparatória. Administração Indireta. Sociedade de Economia Mista em liquidação. Escassez de empregados. Indicação de servidor de órgão público diverso para conduzir sindicância investigativa. Possibilidade. Artigo 3º, §2º da Lei Complementar nº 491.

PARECER Nº 152/2019

PROCESSO: Detran 36199/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Segurança Pública
EMENTA: Minuta de Decreto que “Dispõe sobre o credenciamento de entidades e profissionais para a realização de exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica relativos aos procedimentos previstos na legislação de Trânsito”. Manifesta ilegalidade e inconstitucionalidade do Decreto ora vigente, impondo-se sua revogação. Sob a ótica da constitucionalidade e da legalidade, não há mácula na minuta apresentada.”

PARECER Nº 153/2019

PROCESSO: BESCOR 08/2018

INTERESSADO: BESCOR – Corretora de Seguros e Administradora de Bens Móveis e Imóveis
EMENTA: Sindicância Administrativa Preparatória. Administração Indireta. Sociedade de Economia Mista em liquidação. Escassez de empregados. Indicação de servidor de órgão público diverso para conduzir sindicância investigativa. Possibilidade. Artigo 3º, §2º da Lei Complementar nº 491.

PARECER Nº 154/2019

PROCESSO: SCC 0003308/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil
EMENTA: Diligência - Projeto de Lei nº 0076.0/2018 que “ Institui desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA a contribuintes que não cometeram infrações de trânsito.” Ofensa aos Arts. 165, §§ 2.º e 6.º da Constituição Federal e ao disposto no Art. 14, da LRF.

PARECER Nº 155/2019

PROCESSO: SCC 3364/2019

INTERESSADO: Procuradoria Geral do Estado
EMENTA: Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre quantitativo mínimo de nutricionistas no âmbito da educação básica do Estado de Santa Catarina. Tema relacionado à estruturação e atribuições de secretarias e de órgãos da administração pública. Matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Aumento de despesa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 156/2019

PROCESSO: SCC 0003317/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil
EMENTA: Diligência - Projeto de Lei nº 0184.2/2018 que “ Altera a Lei n.º 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências.” A alteração pretendida está fora do campo de incidência do tributo. Contrariedade à jurisprudência do STF.

PARECER Nº 159/2019

PROCESSO: PMSC 13172/2018

INTERESSADO: Gisele Nasário de Almeida e outros

EMENTA: Direito Administrativo. Policial Militar Estadual. Indenização por óbito. Art. 12 da Lei nº 14.825/2009. Critério de rateio entre os beneficiários.

PARECER Nº 161/2019

PROCESSO: SCC 3843/2019

INTERESSADO: Tribunal de Justiça de Santa Catarina

EMENTA: Aplicativo “Salve Maria”, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – Programa voltado à agilização de denúncias e socorro a mulheres em situação de risco – Interesse do Governo do Estado de Santa Catarina e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na utilização do aplicativo – Acordo de Cooperação Técnica – Preenchimento dos requisitos legais (art. 116 da Lei 8.666/93) – Possibilidade.

PARECER Nº 162/2019

PROCESSO: SCC 0003804/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 133/2018 que “Dispõe sobre a divulgação de mensagem visando ao combate do assédio sexual, do estupro e da importunação sexual, no âmbito da Administração Pública Estadual”. Vício formal de iniciativa. Organização e funcionamento da administração pública. Art. 61, § 1.º inciso II, da CRFB e Art. 50, § 2.º, VI c/c 71, IV, alínea “a” da CE. Inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

PARECER Nº 164/2019

PROCESSO: SCC 3812/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei Complementar. Altera nomenclatura de cargo de cargo efetivo. PLC de origem parlamentar que dispõe sobre cargos públicos e regime jurídico dos servidores públicos. Competência privativa do Governador do Estado para a iniciativa de lei sobre a matéria. Ofensa ao art. 50, § 2º, inc. IV, da Constituição Estadual. Recomendação de veto total.

PARECER Nº 167/2019

PROCESSO: SED 10942/2018

INTERESSADO: Edineia Rauta Pagani

EMENTA: Exoneração durante o período gestacional de servidora ocupante exclusivamente de cargo comissionado. Concessão de estabilidade provisória até cinco meses após o parto. Direito de recebimento de verbas indenizatórias. Art. 12, § 12, da Lei Complementar Estadual nº 447/2009.

PARECER Nº 167/2019

PROCESSO: PMSC 8537/2019

INTERESSADO: PAULO PACHESSEN

EMENTA: 1. Processo Administrativo Disciplinar. 2. Conselho de Disciplina. 3. 3º Sgt da PM 4. Vias de fato com outro integrante da Corporação 5. Serviço de segurança particular 6. Condenação a pena de Prisão por 10 dias. 7. Cumprimento dos Requisitos Legais. 8. Recurso de Queixa. 9. Tempestividade. 9. Conhecimento e Desprovemento. 10. Penalidade mantida.

PARECER Nº 170/2019

PROCESSO: SCC 3769/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

EMENTA: Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que regulamenta o artigo 62, §1º, da Constituição Estadual. Tema relacionado à estruturação e atribuições de secretarias e de órgãos da administração pública. Matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade.